



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Gabinete do Deputado Galba Novaes

PARECER Nº 485 /2017

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Processo Nº: 0002868/16**

**RELATOR: Deputado Galba Novaes**

Trata-se de Projeto de Lei de Iniciativa do Deputado Ronaldo Medeiros, de número PL 346/2016, que proíbe a inscrição do nome de consumidores nos cadastros e serviços de proteção ao crédito, enquanto a dívida estiver sendo discutida perante o poder judiciário e dá outras diretrizes.

O presente projeto foi submetido à análise da 2ª Comissão Parlamentar, de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração de parecer.

O Projeto de Lei em tela não possui qualquer vício constitucional ou de iniciativa, tendo qualquer membro do Legislativo legitimidade para propor o presente, pois é legítimo a qualquer parlamentar legislar acerca da matéria.

Deste modo, vejamos o artigo 84, III, da Constituição do Estado de Alagoas e o artigo 145 do Regimento Interno consolidado da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas *in verbis*:

*Art. 84. O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*...*

*III – leis ordinárias;*

*Art. 145. A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de **projetos de lei**, de decreto legislativo ou de resolução.*



②

A rigor a propositura do parlamentar, indubitavelmente, atende às exigências normativas quanto à iniciativa do processo legislativo, que cumprido o preceito constitucional, é perfeitamente legítimo ao parlamento, concorrentemente, deliberar sobre diversas questões do interesse do consumidor, sujeitando-se a aquiescência da sanção governamental, inclusive evitando que os consumidores sejam prejudicados, neste caso, pela inclusão do nome nos cadastros e serviços de proteção ao crédito enquanto a dívida estiver sendo discutida perante o Poder Judiciário.

### CONCLUSÃO

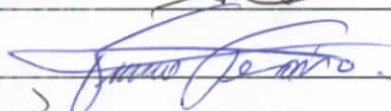
Diante do exposto, voto pela **JURIDICIDADE, CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**, do Projeto de Lei nº 346/2016.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió,**  
11 de abril de 2017.

 PRESIDENTE

 RELATOR GALBA NOVAES

  
4. Tel. 16 (CONTRA O PARCELO, PELO INCONSTITUCIONALIDADE)